



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Dezembro/2018

**Concurso Público para Provimento de Cargos de
Analista de Planejamento e Orçamento**

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'S04', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

**Conhec. Gerais / Conhec. Específicos / Discursiva - Redação
Cargo ou opção S04 - ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Tipo gabarito 1**

001 - E	011 - D	021 - A	031 - B	041 - C
002 - A	012 - E	022 - E	032 - A	042 - B
003 - B	013 - E	023 - B	033 - B	043 - E
004 - C	014 - D	024 - B	034 - D	044 - E
005 - D	015 - A	025 - C	035 - B	045 - D
006 - B	016 - B	026 - D	036 - C	046 - A
007 - E	017 - C	027 - C	037 - A	047 - C
008 - D	018 - B	028 - A	038 - E	048 - D
009 - A	019 - A	029 - A	039 - D	049 - C
010 - C	020 - C	030 - E	040 - D	050 - E



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo, do escritor e crítico profissional de literatura e teatro Décio de Almeida Prado.

Vocação de escritor

Os escritores, como os oficiais das forças armadas, são promovidos, seja por merecimento, seja por antiguidade. Alguns impõem-se ao público e aos seus pares em poucos golpes de audácia e talento. São os escritores natos, de vocação imperiosa e irresistível. Outros – e talvez seja este o meu caso – crescem na estima da classe intelectual graças à continuidade de um trabalho de muitos e muitos anos. Escrevem por força do ofício, mas é possível que preferissem permanecer como leitores inveterados.

Quando vejo e revejo a minha vida, que já vai longa, passam-me pela memória várias imagens, as mais antigas às vezes, mais nítidas que as recentes. Verifico então, não sem surpresa, que fiz muitas coisas com as quais não contava e deixei de fazer outras tantas que planejara, é verdade que no plano superficial da vontade, não das forças mais profundas da personalidade.

Na minha meninice, sonhei muito em ser poeta. Depois, já na adolescência, na hora difícil de optar por uma profissão, desejei ser médico, como meu pai, casando, de certo modo, clínica e literatura. Já no fim dos estudos superiores, na falta de melhor, tentei ser professor de filosofia, matéria que, apesar de não ter “a cabeça metafísica”, ensinei por bastante tempo em colégios estaduais, sem qualquer proveito para Aristóteles e Kant, mas com imenso prazer pessoal e alguma aquiescência dos alunos. Não podia imaginar que, levado, certa vez, a escrever uma crítica de teatro, estava definindo, para sempre, o meu futuro. Confesso que tenho orgulho em haver contribuído, na medida das minhas forças, para que o teatro saísse da posição humilhante de primo pobre que ocupava entre as artes literárias brasileiras.

(Adaptado de: PRADO, Décio de Almeida. **Seres, coisas, lugares**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 181-182)

1. No primeiro parágrafo, ao falar sobre escritores, o autor considera a distinção que há entre aqueles que
 - (A) perseveraram sem sucesso em seu ofício e os que se impõem ao seu público valendo-se da generosidade deste.
 - (B) triunfam pela audácia, mesmo quando sem talento, e os que atingem sucesso relativo na continuidade teimosa de seu trabalho.
 - (C) fazem sucesso em meio aos seus pares e os que, por obra do talento maior, conquistam logo o acolhimento de um grande público.
 - (D) são reconhecidos por força de qualidades inatas e os que, como é o seu caso, se impõem pela força de um irresistível talento.
 - (E) impõem a todos, audaciosamente, seu talento natural e os que se afirmam entre seus pares porque perseveraram em seu ofício.

2. No segmento *no plano superficial da vontade, não das forças mais profundas da personalidade*, no contexto do 2º parágrafo, fica estabelecida uma oposição entre
 - (A) a exterioridade dos desejos aparentes e a consistência das motivações mais pessoais.
 - (B) a fragilidade dos desejos mais pessoais e os impulsos que nos chamam da vida exterior.
 - (C) a ilusão dos desejos dados como profundos e a força do que o destino já planejou para cada um.
 - (D) os bloqueios da nossa personalidade profunda e a forma pela qual os desejos se mostram superficiais.
 - (E) a força imperiosa dos desejos manifestos e o pouco controle que sobre eles tem a personalidade oculta.

3. No terceiro parágrafo, confessa o autor que sua atividade como crítico de teatro
 - (A) deveu-se sobretudo à força insuspeita de uma vocação autêntica que ele sempre reprimira.
 - (B) manifestou-se por uma circunstância fortuita, mas acabou por se estabelecer de modo definitivo.
 - (C) acabou por substituir sua vocação real, que ele exercitou temporariamente no magistério.
 - (D) foi motivada principalmente pela situação humilhante em que se encontrava o teatro nacional.
 - (E) nasceu por iniciativa de terceiros, que o convocaram para sanar os equívocos do teatro brasileiro.



4. É clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Desde sua meninice confiava o autor de que seria um poeta, se bem que depois o pai o inspirara a ser médico, quando ele talvez se dispusesse a unir as vocações.
 - (B) Ensinando filosofia, a despeito de não tirar proveito de Kant e Aristóteles, cujas obras ensinava, nem por isso excluiu-se no autor o prazer com que lhes aquiescia.
 - (C) Sem falsa modéstia, o autor não hesita em reconhecer que contribuiu para a tarefa de situar com maior dignidade o teatro brasileiro em nosso cenário cultural.
 - (D) Lembra-nos o texto que muitas vezes a gente é levado para realizarmos desejos ocultos, sem ignorar que os realiza, em vez daqueles que nos parecem claros.
 - (E) Os intelectuais detêm uma forma de reconhecer a vocação cultural alheia cujos critérios são bastante diversos dos que lhes promove o público em geral.
-
5. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado em:
- (A) Não (**faltar**) ao autor, a despeito de suas vocações aparentes, bastante ânimo para reerguer o prestígio do teatro nacional.
 - (B) Quando a alguém não (**ocorrer**) atender seus impulsos primeiros, é possível que venha a atender sua vocação essencial.
 - (C) Diante das condições que (**atravessar**), naqueles anos, o teatro nacional, não hesitou o autor em buscar redimi-lo.
 - (D) Seria preciso que o (**recomendar**) amigos para a função de crítico teatral para que o autor efetivamente se consagrasse nesse trabalho.
 - (E) Aos alunos de colégio (**brindar**) o professor com suas aulas sobre Kant e Aristóteles, de modo modesto, segundo ele mesmo confessa.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

Conversa sobre o liberalismo

O liberalismo promoveu uma ideia curiosa: para fazer a felicidade de todos (ou, ao menos, da maioria), não seria necessário decidir qual é o bem comum e, logo, impor aos cidadãos que se esforçassem para realizá-lo. Seria suficiente que cada um se preocupasse com seus interesses e seu bem-estar. Essa atitude espontânea garantiria o melhor mundo possível para todos. Afinal, nenhum malandro seria tolo a ponto de perseguir seu interesse particular de maneira excessiva, pois isso comprometeria o bem-estar dos outros e produziria conflitos que reverteriam contra o suposto malandro.

Ora, o liberalismo, aparentemente, pegou pra valer. Não paro de encontrar pessoas convencidas de que, cuidando só de seus interesses, elas, no mínimo, não fazem mal a ninguém. O caso seguinte ilustra o que digo.

Converso com o moço que dirige o táxi. Falamos de perspectivas políticas. Ele está indignado com a corrupção das altas e das baixas esferas da política, convencido de que, não fossem os ladrões, o país avançaria e resolveríamos todos os nossos problemas. Concordo, mas aponto que, mesmo calculando generosamente, o dinheiro que some na corrupção não seria suficiente para mudar o Brasil. Sem dúvida, deve ser bem inferior ao dinheiro que o governo deixa de arrecadar por causa da sonegação banal: rendas não declaradas, notas fiscais que só aparecem sob pedido e por aí vai. Pergunto-lhe então quanto ele paga de Imposto de Renda. Ganho a famosa resposta: "Não adianta pagar, porque nada volta para a gente." Alego que não adianta esperar que algo volte se a gente não paga.

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. **Terra de ninguém**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 252-253)

6. Em relação ao que se costuma entender por liberalismo, o autor acredita que
- (A) o objetivo de uma realização coletiva só é alcançado quando já se garantiu plenamente o direito de uma realização pessoal.
 - (B) é equivocada a ideia de que a busca espontânea de satisfazer os interesses individuais redundaria em benefício para todos.
 - (C) essa corrente de pensamento não obteve êxito por não convencer as pessoas de que o interesse privado é também um ideal público.
 - (D) os adeptos dessa tendência filosófica moderna interessam-se em promover uma tarefa de caráter social que a política não toma para si.
 - (E) somente pela imposição dessas novas ideias liberais a cada cidadão é que as políticas coletivistas podem obter algum sucesso.



7. Na conversa que manteve com o motorista do táxi, o autor firmou uma posição pessoal, representada no segmento
- (A) *nenhum malandro seria tolo a ponto de perseguir seu interesse particular de maneira excessiva* (1º parágrafo).
 - (B) *isso comprometeria o bem-estar dos outros* (1º parágrafo).
 - (C) *Falamos de perspectivas políticas* (3º parágrafo).
 - (D) *não fossem os ladrões, o país avançaria e resolveríamos todos os nossos problemas* (3º parágrafo).
 - (E) *não adianta esperar que algo volte se a gente não paga* (3º parágrafo).
-
8. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *promoveu uma ideia curiosa* (1º parágrafo) = dispersou um pressuposto bizarro.
 - (B) *perseguir seu interesse particular* (1º parágrafo) = ir de encontro ao motivo pessoal.
 - (C) *indignado com a corrupção* (3º parágrafo) = infenso às falcatruas.
 - (D) *Alego que não adianta esperar* (3º parágrafo) = Argumento que é inócuo aguardar.
 - (E) *algo volte se a gente não paga* (3º parágrafo) = retorne o que não se ressarciu.
-
9. *Não paro de encontrar pessoas convencidas de que, cuidando só de seus interesses, elas, no mínimo, não fazem mal a ninguém.*
- A frase acima ganha uma nova, coerente e correta redação no seguinte caso: **Não paro de encontrar pessoas**
- (A) certas de que, preservando apenas o que lhes interessa, elas, pelo menos, não trazem prejuízo a ninguém.
 - (B) inteiradas de que ao tratar só dos seus interesses, não se esperem delas nem mesmo que possam prejudicar alguém.
 - (C) convictas quanto ao fato de que, por cuidarem delas exclusivamente, não impliquem no mal de quaisquer outros.
 - (D) em cujas certezas está que, pelo fato de preservar seus próprios interesses, não acarretam de qualquer malefício a outrem.
 - (E) presumidas da certeza segundo a qual nenhum mal efeito é proporcionado por quem se restringe às suas próprias necessidades.
-
10. Há ocorrência de forma verbal na voz passiva e pleno atendimento às normas de concordância na frase:
- (A) Costuma ocorrer com frequência, conforme a argumentação do autor do texto, distorções graves quanto ao que se entende por liberalismo.
 - (B) Não é dado a ninguém presumir que seus interesses pessoais, em todos os casos, haja de coincidir com os de seus semelhantes.
 - (C) Por que razão esperar que sejamos aquinhoados de um conjunto de benefícios que nada fizemos por merecer?
 - (D) Os impostos de renda dos sonegadores não poderão reverter em investimentos capazes de gerar benefícios públicos.
 - (E) O motorista de táxi acabou por fornecer ao autor argumentos que o deixou convencido da justeza de sua teoria sobre os liberais de ocasião.
-

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Uma loja fez uma promoção e reduziu o preço do pneu em R\$ 30,00 a partir de primeiro de março. Três meses depois, a promoção terminou, e o preço do pneu foi reajustado em 15%, de modo que o novo preço ficou R\$ 0,30 maior do que o preço pelo qual o pneu era vendido antes da promoção. Supondo que não tenha havido outras alterações de preço no período, a soma dos algarismos que compunham, em reais, o preço do pneu antes da promoção é
- (A) 6.
 - (B) 10.
 - (C) 8.
 - (D) 7.
 - (E) 9.



12. As inscrições para um concurso ficaram abertas durante 31 dias. No total, inscreveram-se 1370 pessoas. Nessas condições,
- (A) pelo menos metade das inscrições concentraram-se em 15 dos 31 dias do período de inscrições.
 - (B) houve, pelo menos, uma inscrição em cada dia do período de inscrições.
 - (C) em nenhum dos dias do período de inscrições inscreveram-se mais do que 50 pessoas.
 - (D) em, pelo menos, um dos dias do período de inscrições, inscreveram-se, no máximo, 40 pessoas.
 - (E) em, pelo menos, um dos dias do período de inscrições, inscreveram-se, ao menos, 45 pessoas.
-
13. Um grupo de 17 amigos se reuniu para assistirem, juntos, um jogo na televisão e fizeram um levantamento entre eles sobre que comidas e bebidas deveriam comprar para o programa. Ao final do levantamento, contabilizaram-se, ao todo, 8 votos para refrigerante, 12 votos para sorvete e 8 votos para pizza. Sabe-se, também, que 3 dos amigos votaram para refrigerante e pizza, 5 votaram para refrigerante e sorvete, e 5 votaram para pizza e sorvete. O número de pessoas que votou para refrigerante, pizza e sorvete foi
- (A) 5.
 - (B) 1.
 - (C) 3.
 - (D) 4.
 - (E) 2.
-
14. Em um restaurante, para compor um prato, um cliente deve selecionar quatro ingredientes, sendo que, necessariamente, pelo menos, um deles deve ser um legume e, pelo menos, um deles deve ser uma carne. Há três opções de legumes e quatro opções de carnes. O número de combinações possíveis de pratos é
- (A) 7.
 - (B) 12.
 - (C) 64.
 - (D) 34.
 - (E) 14.
-

História do Amapá

15. As principais conquistas portuguesas obtidas pelo Tratado de Utrecht (1713) em relação às pretensões francesas na Amazônia foram:
- (A) o reconhecimento do Rio Oiapoque como fronteira entre as possessões francesas e portuguesas e a posse das duas margens na Foz do Rio Amazonas.
 - (B) a cessão de Caiena para o livre comércio empreendido por súditos portugueses e a posse da Fortaleza da Ilha do Diabo.
 - (C) a posse da margem sul do Rio Amazonas e a devolução de São Luís, antiga França Equinocial, aos portugueses.
 - (D) o domínio da Ilha do Marajó e o direito à navegação do Rio Amazonas, controlado pelos jesuítas franceses.
 - (E) a definição do Rio Caciaporé como fronteira entre as possessões francesas e portuguesas, e a conquista de Belém aos franceses.
-
16. Durante a Cabanagem, guerra civil que marcou o território do Grão Pará em meados do século XIX, o atual território do Amapá serviu como
- (A) palco das principais batalhas após o envio de embarcações pelo governo imperial e pela França, que foram atacadas por populares a partir da tomada da Fortaleza de São José.
 - (B) local de concentração de forças legalistas, principalmente em Macapá e Mazagão, amparadas pelas elites locais e contrárias aos cabanos.
 - (C) marco divisor na história do movimento, uma vez que foi em Macapá que ocorreu o assassinato do principal líder cabano, Antonio Vinagre, dando início ao genocídio que marcou a repressão aos revoltosos.
 - (D) campo de resistência contra as forças portuguesas, uma vez que lideranças cabanas assumiram o controle de Belém e Macapá por dois anos, onde montaram suas bases.
 - (E) cenário de combates intensos entre os cabanos e os legalistas, que, em minoria, foram obrigados a se refugiarem no interior do Amapá até o desfecho da guerra.
-

17. Considere o texto abaixo.

Com o aprofundamento da guerra, Vargas teve que escolher o lado norte-americano, uma vez cortadas as relações marítimas com a Europa. Conquistou mais ganhos materiais que nenhum outro país do continente, como armamentos e treinamento de uma tropa para lutar na Europa, a FEB (Força Expedicionária Brasileira), e dinheiro para instalação da primeira grande siderúrgica latino-americana, a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) de Volta Redonda. Em troca, forneceu matérias-primas e produtos estratégicos, como a borracha, e cedeu 16 bases em território nacional para ocupação de soldados e oficiais dos Estados Unidos, como a Base Aérea do Amapá. Com a construção dessa Base, antes mesmo do Amapá se tornar território, o governo central demonstrou na prática a importância das terras amapaenses para o Brasil e para o mundo em guerra. Por conta da expansão alemã pela Europa e a África, o litoral norte do Brasil se tornou estrategicamente crucial, para concentrar as forças armadas que pudessem combater os nazistas nessa altura do Oceano Atlântico.

(Adaptado de: CAVLAK, Iuri e GRANJER, Stéphane. **Entre criação do Amapá e intercâmbios econômicos, as consequências da Segunda Guerra Mundial nas relações entre o Brasil e a Guiana Francesa** Revista Fronteiras & Debates, Macapá, v. 1, núm. 1, 2014, pp. 69-70)

Segundo o trecho acima,

- (A) a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional no Território do Amapá representou um ganho para o continente, uma vez que as relações com a Europa estavam prejudicadas devido à guerra.
- (B) a invasão nazista das terras amapaenses foi um fator decisivo para Getúlio Vargas aderir ao lado norte-americano, adotar estratégias militares e, naquele contexto, criar o Território do Amapá.
- (C) a construção da Base Aérea do Amapá está relacionada às negociações entre Brasil e Estados Unidos, bem como à localização estratégica que favorecia os objetivos dos aliados.
- (D) o Amapá e os outros estados da atual região Norte do Brasil foram escolhidos pelos EUA para a instalação das 16 bases militares que tinham a função de combater o avanço nazista pelo oceano Atlântico.
- (E) a decisão do governo de criar o Território Federal do Amapá ocorreu para viabilizar a instalação de uma base militar pelos EUA, de modo que as forças armadas combatessem melhor o avanço nazista durante a guerra.

Geografia do Amapá

18. São características demográficas do estado do Amapá:

- (A) Até o ano 2000, não contava com pessoas com 100 anos ou mais de vida, enquanto que em 2010 foram contabilizadas mais de 150 pessoas nessa faixa etária.
- (B) A população passa por um processo de envelhecimento, tal qual o Brasil, embora a taxa de fecundidade permaneça como uma das mais altas do país.
- (C) Com uma das menores taxas de mortalidade infantil da região Norte, o estado tem aumentado seu IDH, que chegou a 0,708 em 2010.
- (D) O censo de 2010 mostrou que, embora nasçam mais mulheres que homens, a partir dos 60 anos, há equilíbrio no número de homens e mulheres no estado.
- (E) A faixa etária de 0 a 4 anos predominava em 2000, enquanto que em 2010 a maior parte era composta de pessoas entre 15 e 19 anos.

19. Criado em 22 de agosto de 2002, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT) apresenta, dentre outras, as seguintes características:

- (A) Ter uma pequena parte de suas terras no estado do Pará; localizar-se no Escudo das Guianas; e o predomínio da Floresta Ombrófila.
- (B) Ser uma unidade de conservação fronteiriça; localizar-se na Bacia Sedimentar Amazônica; e o predomínio de Floresta Aluvial Aciculifoliada.
- (C) Abranger 6 municípios do estado; localizar-se no Escudo Brasileiro; e o predomínio de Floresta Decídua.
- (D) Fazer fronteira com um país; localizar-se na Bacia Sedimentar Amazônica; e o predomínio de Florestas de Galeria.
- (E) Estar localizado integralmente em terras amapaenses; localizar-se no Escudo das Guianas; e o predomínio de Florestas de Galeria.

20. Considere as afirmações abaixo sobre aspectos econômicos do estado do Amapá.

- I. Os principais setores industriais do estado são: Madeira/Mobiliário e Minerais não metálicos.
- II. Em 2013, as atividades agropecuárias e industriais, somadas, corresponderam a 55% do PIB do estado.
- III. Em 2012, o maior PIB *per capita* foi registrado no município de Mazagão, enquanto que o menor foi registrado no município de Amapari.

Está correto o que consta APENAS de

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Atenção: Para responder às questões de números 21 a 23 utilize as informações abaixo.

As seguintes informações sobre as receitas de um determinado ente público estadual, referentes ao exercício financeiro de 2017, foram extraídas do seu sistema de contabilidade:

- Arrecadação de R\$ 900.000.000,00 referentes ao valor principal de Impostos.
- Arrecadação de R\$ 80.000,00 referentes ao valor de multas e juros de Impostos.
- Obtenção de R\$ 75.000.000,00 referentes a Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária.
- Obtenção de R\$ 52.800.000,00 referentes a Operações de Crédito de longo prazo.
- Arrecadação de R\$ 47.000.000,00 referentes ao valor principal de Contribuições Sociais.
- Arrecadação de R\$ 1.600.000,00 referentes ao valor principal de Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia.
- Arrecadação de R\$ 800.000,00 referentes a Transferências de Capital.
- Arrecadação de R\$ 200.000,00 referentes ao valor principal de Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos.
- Alienação de Bens Móveis, à vista, por R\$ 40.000,00, cujo resultado com a venda foi igual a zero.
- Arrecadação de R\$ 25.000,00 referentes ao valor principal da Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado.

Informações adicionais referentes ao exercício financeiro de 2017:

- Parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional: R\$ 200.000.000,00.
- Contribuição dos servidores estaduais para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social: R\$ 15.000.000,00.
- Não houve receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do artigo 201 da Constituição Federal de 1988.
- Não houve valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

21. De acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Judiciário estadual receberia o alerta do Tribunal de Contas do respectivo Estado se a Despesa Total com Pessoal do referido poder, no exercício financeiro de 2017, ultrapassasse o limite, em reais, de

- (A) 39.630.870,00.
- (B) 51.240.870,00.
- (C) 39.626.550,00.
- (D) 44.034.300,00.
- (E) 39.629.520,00.

22. O valor da receita de capital arrecadada no exercício financeiro de 2017 foi, em reais,

- (A) 128.665.000,00.
- (B) 53.665.000,00.
- (C) 128.640.000,00.
- (D) 53.720.000,00.
- (E) 53.640.000,00.

23. De acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000, as Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária deveriam ter sido realizadas somente a partir do dia

- (A) 10/01/2017 e liquidadas até 20/12/2017.
- (B) 10/01/2017 e liquidadas até 10/12/2017.
- (C) 05/01/2017 e liquidadas até 10/12/2017.
- (D) 31/01/2017 e liquidadas até 31/12/2017.
- (E) 05/01/2017 e liquidadas até 20/12/2017.



24. Em agosto de 2018, um determinado ente público arrecadou receita de R\$ 990.000,00 com "Taxas pela Prestação de Serviços" e R\$ 165.700,00 com a "Contribuição de Melhoria para Expansão da Rede de Água Potável e Esgoto Sanitário". Assim, as receitas arrecadadas em agosto de 2018 devem ser classificadas quanto à espécie, respectivamente, como
- (A) Receita Corrente; Receita Corrente.
 - (B) Taxas; Contribuição de Melhoria.
 - (C) Outras Receitas; Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.
 - (D) Taxas; Contribuições.
 - (E) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

Atenção: Para responder às questões de números 25 e 26 utilize as informações abaixo.

As seguintes informações, referentes a transações ocorridas no mês de novembro de 2017, foram extraídas do sistema de contabilidade de um determinado ente público estadual:

- Arrecadação de receita de Impostos no valor de R\$ 33.000.000,00. Tal receita foi lançada no mês de outubro de 2017.
 - Lançamento e arrecadação de Taxas no valor de R\$ 90.000,00.
 - Lançamento de Contribuição de Melhoria no valor de R\$ 110.000,00. Tal receita foi arrecadada em dezembro de 2017.
 - Arrecadação de Transferências Correntes no valor de R\$ 25.550.000,00, cujo direito de recebimento foi reconhecido em outubro de 2017.
 - Empenho, liquidação e pagamento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 21.300.000,00.
 - Empenho de despesa referente à aquisição de material de expediente no valor de R\$ 32.000,00. A entrega do material pelo fornecedor ocorreu em 05/12/2017, data em que a despesa foi liquidada pelo valor total do empenho. Tal despesa foi paga em 17/01/2018 pelo valor total do empenho e o material foi utilizado para a prestação de serviços em 2018.
 - Empenho de despesa referente à aquisição de material odontológico no valor de R\$ 100.000,00. A entrega do material pelo fornecedor e a liquidação da despesa ocorreram em 17/01/2018 pelo valor total do empenho. Tal despesa foi paga em 12/02/2018 pelo valor total do empenho e o material foi utilizado para a prestação de serviços em 2018.
 - Empenho e liquidação de despesa referente à aquisição de uma edificação no valor de R\$ 1.200.000,00. Tal despesa foi paga em 12/01/2018 pelo valor total do empenho.
 - Empenho de despesa referente à aquisição de um veículo no valor de R\$ 60.000,00. Tal despesa foi liquidada em 18/12/2017 e paga em 10/01/2018 pelo valor total do empenho.
 - Pagamento de R\$ 9.000,00 a fornecedores referente a despesas com a aquisição de material de segurança, cujo empenho e liquidação ocorreram em outubro de 2017.
25. O impacto das transações ocorridas no mês de novembro de 2017, tomadas em conjunto, no resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2017, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, foi
- (A) um aumento de R\$ 36.140.000,00.
 - (B) uma redução de R\$ 21.109.000,00.
 - (C) um aumento de R\$ 35.948.000,00.
 - (D) uma redução de R\$ 22.492.000,00.
 - (E) um aumento de R\$ 37.331.000,00.

26. Os restos a pagar não processados inscritos em 31/12/2017 referentes à despesa corrente foram, em reais,
- (A) 132.000,00.
 - (B) 1.392.000,00.
 - (C) 32.000,00.
 - (D) 100.000,00.
 - (E) 1.260.000,00.

27. Considere as informações abaixo, extraídas do Orçamento da Despesa de um determinado ente público:

28 – Encargos Especiais.....	R\$ 1.890.000,00.
841 – Refinanciamento da Dívida Interna	R\$ 875.000,00.

Os dois itens são, respectivamente,

- (A) uma operação especial e um programa que compõem a classificação por estrutura programática.
- (B) uma operação especial e uma atividade que compõem a classificação por estrutura programática.
- (C) uma função e uma subfunção que compõem a classificação funcional.
- (D) uma atividade e um projeto que compõem a classificação funcional.
- (E) uma atividade e um projeto que compõem a classificação por estrutura programática.



Atenção: Para responder às questões de números 28 e 29 utilize as informações abaixo e as da Lei nº 4.320/1964.

Em decorrência de uma calamidade pública, o governador de um ente público estadual abriu crédito adicional no valor de R\$ 1.180.000,00 em 11/12/2017 para a reconstrução de uma ponte que foi destruída em decorrência de imprevisíveis chuvas torrenciais, o que impossibilitou o tráfego de veículos e a circulação de pessoas. Em 31/12/2017, as obras referentes à reconstrução não tinham sido concluídas e, do crédito adicional aberto, restava um saldo de R\$ 580.000,00.

28. De acordo com as determinações da Constituição Federal de 1988, o saldo remanescente de R\$ 580.000,00 do crédito adicional
- (A) extraordinário poderia ser reaberto no exercício financeiro de 2018.
 - (B) especial não poderia ser reaberto no exercício financeiro de 2018.
 - (C) especial poderia ser reaberto no exercício financeiro de 2018.
 - (D) suplementar não poderia ser reaberto no exercício financeiro de 2018.
 - (E) extraordinário não poderia ser reaberto no exercício financeiro de 2018.
-
29. O crédito adicional no valor de R\$ 1.180.000,00 foi
- (A) aberto por decreto do Poder Executivo, que dele deu, em seguida, imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
 - (B) autorizado por lei e, em seguida, aberto por decreto do Poder Executivo.
 - (C) autorizado por lei e, em seguida, aberto por decreto do Poder Legislativo.
 - (D) aberto por decreto do Poder Legislativo, que dele deu, em seguida, imediato conhecimento ao Poder Judiciário.
 - (E) autorizado por lei e, em seguida, aberto por medida provisória do Poder Legislativo.
-
30. Em 27/12/2017, o ordenador de despesas de um determinado ente público estadual empenhou despesa no valor de R\$ 410,00 referente ao adiantamento de valor a um servidor do referido ente para custear despesas com passagens e locomoção. A liquidação da despesa ocorreu em 28/12/2017 e o pagamento ao servidor, em 10/01/2018. O valor total do adiantamento foi utilizado pelo servidor em 12/01/2018 e a prestação de contas foi realizada em 30/01/2018. Assim, uma despesa
- (A) orçamentária foi realizada em 28/12/2017.
 - (B) extraorçamentária ocorreu em 30/01/2018.
 - (C) orçamentária foi realizada em 10/01/2018.
 - (D) extraorçamentária ocorreu em 12/01/2018.
 - (E) orçamentária foi realizada em 27/12/2017.
-
31. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária deve
- (A) abranger todos os Poderes, o Ministério Público, as empresas estatais dependentes e as empresas estatais não dependentes.
 - (B) estar acompanhado de demonstrativo relativo a resultados nominal e primário.
 - (C) ser emitido ao final de cada quadrimestre e publicado até 60 dias após o encerramento do período a que corresponder.
 - (D) conter comparativo com os limites de que trata tal Lei Complementar dos montantes referentes às operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.
 - (E) conter anexo referente à avaliação da situação financeira, econômica e atuarial dos fundos públicos e programas estatais.
-
32. Em agosto de 2018, com a finalidade de adquirir um terreno para a construção de uma praça, um determinado ente público incorreu em obrigação financeira em virtude da contratação de operação de crédito no valor de R\$ 995.000,00, com vencimento acordado para dezembro de 2021. De acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000, a dívida pública contraída pelo ente público em agosto de 2018 classifica-se como
- (A) consolidada.
 - (B) flutuante.
 - (C) mobiliária.
 - (D) ativa.
 - (E) circulante.



33. Considere as informações abaixo, referentes a uma despesa classificada em "Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil" que integra o cálculo da Despesa Total com Pessoal de um determinado ente público estadual:

Julho de 2018: empenho da despesa no valor de R\$ 1.900,00.

Agosto de 2018: liquidação da despesa pelo valor total do empenho e reconhecimento da despesa no valor de R\$ 1.900,00 de acordo com o regime de competência.

Setembro de 2018: pagamento da despesa pelo valor total do empenho.

O valor de R\$ 1.900,00 deve integrar o cálculo da Despesa Total com Pessoal do referido ente, de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000, em

- (A) julho de 2018, uma vez que é um elemento de despesa que deve compor a Despesa Total com Pessoal.
- (B) agosto de 2018, uma vez que é um elemento de despesa que deve compor a Despesa Total com Pessoal.
- (C) setembro de 2018, uma vez que é um elemento de despesa que deve compor a Despesa Total com Pessoal.
- (D) julho de 2018, uma vez que é um tipo de despesa que deve compor a Despesa Total com Pessoal.
- (E) setembro de 2018, uma vez que é um tipo de despesa que deve compor a Despesa Total com Pessoal.

34. Considere os dados, abaixo, extraídos das demonstrações contábeis de um determinado ente público estadual:

Ativo Financeiro em 31/12/2017	R\$ 80.000.000,00.
Ativo Financeiro em 30/04/2018	R\$ 70.000.000,00.
Passivo Financeiro em 31/12/2017.....	R\$ 75.000.000,00.
Passivo Financeiro em 30/04/2018.....	R\$ 68.000.000,00.
Reabertura de Créditos Adicionais Especiais em 2018	R\$ 1.500.000,00.

Não houve abertura de créditos adicionais até 30/04/2018 e não havia operações de crédito vinculadas aos créditos adicionais especiais reabertos em 2018.

De acordo com as determinações da Lei nº 4.320/1964, em 30/04/2018, o valor do superávit financeiro, que poderia ser utilizado como recurso de cobertura para a abertura de créditos

- (A) suplementares e especiais, era R\$ 5.000.000,00.
- (B) especiais e extraordinários, era R\$ 2.000.000,00.
- (C) suplementares e extraordinários, era R\$ 500.000,00.
- (D) suplementares e especiais, era R\$ 3.500.000,00.
- (E) suplementares e extraordinários, era R\$ 2.000.000,00.

35. Considere as informações, abaixo, referentes à receita de Impostos de um ente público estadual:

12/01/2018: a repartição competente verificou a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe era devedora e inscreveu o débito desta.

02/02/2018: o devedor pagou o Imposto em uma instituição financeira autorizada pelo ente.

06/02/2018: o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual.

Com base nessas informações, em

- (A) 12/01/2018 ocorreu a inscrição e em 02/02/2018 o recolhimento da receita orçamentária.
- (B) 12/01/2018 ocorreu o lançamento e em 06/02/2018 o recolhimento da receita orçamentária.
- (C) 12/01/2018 ocorreu a previsão e em 06/02/2018 a arrecadação da receita orçamentária.
- (D) 02/02/2018 ocorreu o recolhimento e em 06/02/2018 o pagamento da receita orçamentária.
- (E) 02/02/2018 ocorreu a arrecadação e em 06/02/2018 o pagamento da receita orçamentária.

36. O orçamento-programa de um ente público estadual

- (A) discrimina, por função, as despesas públicas que devem ser realizadas nos exercícios a que se refere o Plano Plurianual.
- (B) dá ênfase ao objeto de gasto e proporciona o controle político sobre as finanças públicas.
- (C) é o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização.
- (D) realiza a alocação de recursos visando à aquisição de meios, e as decisões orçamentárias são tomadas com base em análises técnicas das alternativas.
- (E) visa avaliar a legalidade no cumprimento do orçamento.



37. A despesa com terceirização de mão de obra para a substituição de um servidor público estadual deve ser classificada em um ente público estadual na categoria econômica
- (A) Despesas Correntes e integra o cálculo da Despesa Total com Pessoal do referido ente de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000.
- (B) Despesas Correntes e não integra o cálculo da Despesa Total com Pessoal do referido ente de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000.
- (C) Pessoal e Encargos Sociais e integra o cálculo das Outras Despesas Correntes do referido ente de acordo com a Lei nº 4.320/1964.
- (D) Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização e integra o cálculo das Outras Despesas Correntes do referido ente de acordo com a Lei nº 4.320/1964.
- (E) Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização e integra o cálculo da Despesa Total com Pessoal do referido ente de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000.

38. O quadro de cotas trimestrais, abaixo, apresenta a programação da despesa com Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida para o exercício financeiro de 2018, para um determinado ente público estadual, sendo que os valores estão em reais:

Discriminação da despesa	Cotas trimestrais			
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Juros e Encargos da Dívida	1.540.000,00	1.300.000,00	1.810.000,00	1.390.000,00
Amortização da Dívida	2.100.000,00	2.000.000,00	2.500.000,00	2.380.000,00

O quadro de cotas trimestrais referente à programação da despesa foi elaborado com base

- (A) nos limites fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias do referido ente e foi aprovado pelo Poder Executivo.
- (B) nos limites fixados na Lei Orçamentária Anual do referido ente e foi aprovado pelo Poder Legislativo.
- (C) na Lei Complementar nº 101/2000 e nos limites fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias do referido ente.
- (D) na Lei nº 4.320/1964 e nos limites fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias do referido ente.
- (E) na Lei nº 4.320/1964 e nos limites fixados na Lei Orçamentária Anual do referido ente.
-
39. O “número de moradias populares entregues” corresponde a um indicador
- (A) composto que representa um valor numérico atribuível a uma variável e que normalmente é utilizado para medir efetividade.
- (B) de taxa que representa um valor numérico atribuível a uma variável e que normalmente é utilizado para medir eficiência.
- (C) simples que expressa a relação entre duas variáveis e que normalmente é utilizado para medir efetividade.
- (D) simples que representa um valor numérico atribuível a uma variável e que normalmente é utilizado para medir eficácia.
- (E) composto que expressa a relação entre duas variáveis e que normalmente é utilizado para medir eficácia.
-
40. De acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000, os Anexos que integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias de um ente público estadual para um determinado exercício financeiro devem conter
- (A) a aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais do estado.
- (B) a avaliação da situação financeira e atuarial das fundações e empresas estatais não dependentes.
- (C) a compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes no Anexo de Gestão Fiscal.
- (D) a avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício financeiro anterior.
- (E) o programa anual atualizado dos investimentos, inversões financeiras e transferências previstos no Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital.



Atenção: Para responder às questões de números 41 e 42, utilize as informações abaixo.

Um ente público estadual definiu o valor de R\$ 2.155.000,00 para a Reserva de Contingência para o exercício financeiro de 2018.

41. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, a forma de utilização da Reserva de Contingência teve que ser estabelecida na Lei
- (A) Orçamentária Anual e o montante de R\$ 2.155.000,00 pode ser destinado ao refinanciamento da dívida pública.
 - (B) Orçamentária Anual e o montante de R\$ 2.155.000,00 deve ser destinado ao atendimento de eventos fiscais imprevistos.
 - (C) de Diretrizes Orçamentárias e o montante de R\$ 2.155.000,00 pode ser destinado ao atendimento de passivos contingentes.
 - (D) Orçamentária Anual e o montante de R\$ 2.155.000,00 pode ser destinado ao pagamento das provisões trabalhistas dos servidores.
 - (E) de Diretrizes Orçamentárias e o montante de R\$ 2.155.000,00 deve ser destinado ao pagamento das despesas relativas à dívida pública.
-
42. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o ente público estadual considerou, no somatório das receitas que serviu de base para a definição do valor destinado à Reserva de Contingência, aquelas classificadas como
- (A) tributárias, patrimoniais e outras receitas correntes e de capital.
 - (B) industriais, transferências correntes e outras receitas correntes.
 - (C) patrimoniais, transferências de capital e operações de crédito.
 - (D) de contribuições, operações de crédito e outras receitas correntes.
 - (E) de serviços, patrimoniais e alienação de bens.
-
43. De acordo com as determinações da Lei Complementar nº 101/2000, o demonstrativo relativo aos resultados nominal e primário, de um determinado ente público estadual, deve acompanhar
- (A) a Lei de Diretrizes Orçamentárias que corresponde a um instrumento de planejamento e controle do referido ente.
 - (B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias que corresponde a um instrumento de transparência da gestão fiscal do referido ente.
 - (C) o Relatório de Gestão Fiscal que corresponde a um instrumento de transparência da gestão fiscal do referido ente.
 - (D) o Relatório de Gestão Fiscal que corresponde a um instrumento de planejamento e controle do referido ente.
 - (E) o Relatório Resumido de Execução Orçamentária que corresponde a um instrumento de transparência da gestão fiscal do referido ente.
-
44. O chefe do Poder Executivo de um determinado ente público pretende construir uma escola para a abertura de 500 vagas no ensino fundamental. A execução iniciar-se-á em dezembro de 2018 com conclusão prevista para dezembro de 2021. De acordo com as determinações da Constituição Federal de 1988, a construção da escola
- (A) não poderá ser iniciada sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a sua inclusão, por se tratar de uma despesa classificada como inversão financeira, cuja execução ultrapassa um exercício financeiro.
 - (B) poderá ser iniciada sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a sua inclusão, por se tratar de uma despesa relativa aos programas de duração continuada do referido ente público.
 - (C) poderá ser iniciada sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a sua inclusão, por se tratar de formação de um bem de capital que contribuirá para a manutenção dos serviços ofertados pelo ente público.
 - (D) não poderá ser iniciada sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a sua inclusão, por se tratar de uma despesa corrente, cuja execução ultrapassa dois exercícios financeiros.
 - (E) não poderá ser iniciada sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a sua inclusão, por se tratar de uma despesa classificada como investimento, cuja execução ultrapassa um exercício financeiro.
-
45. Segundo o princípio orçamentário
- (A) da exclusividade, a Lei Orçamentária Anual pode conter autorizações para abertura de créditos adicionais e para alterações das alíquotas tributárias.
 - (B) do controle, a ação administrativa do Poder Público deve obedecer a programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual.
 - (C) da não-afetação das receitas, o Poder Público deve registrar todas as receitas públicas pelo valor total, vedadas quaisquer deduções.
 - (D) da totalidade, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, por um determinado ente público estadual devem integrar um único documento legal.
 - (E) da descentralização, uma fundação pública possui cronograma de execução orçamentária e financeira distinto do ente público a que pertence.



46. O número de leitos em um hospital público estadual é um indicador de
- (A) insumos.
 - (B) processos.
 - (C) produtos.
 - (D) impactos.
 - (E) economicidade.
-
47. O Projeto de Lei Orçamentária
- (A) disporá sobre os critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada quando a realização da receita não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal.
 - (B) compreenderá o orçamento de investimento referente às despesas de pessoal e manutenção das empresas estatais dependentes e não dependentes.
 - (C) será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
 - (D) admitirá emendas individuais que poderão ser aprovadas no limite de 1,8% da receita prevista no referido projeto.
 - (E) conterá demonstrativo das metas anuais referentes a resultados primário e nominal, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos.

Atenção: Para responder às questões de números 48 e 49, utilize as informações abaixo e as da Lei nº 4.320/1964.

Em 09/08/2018, o ordenador de despesas de um ente público estadual empenhou despesa no valor de R\$ 6.500,00 referente à aquisição de material de construção para reparos em imóveis. O fornecedor, atendendo as cláusulas contratuais, entregou o material em 16/08/2018, data em que a despesa foi liquidada. A despesa foi paga em 10/09/2018 pelo valor total do empenho.

48. Em 09/08/2018 foi extraído um documento denominado
- (A) ordem de pagamento, indicando o nome do credor, a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
 - (B) ordem de pagamento, indicando a importância exata a pagar, a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
 - (C) nota de empenho, indicando a importância exata a pagar, bem como a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.
 - (D) nota de empenho, indicando o nome do credor, a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
 - (E) nota de liquidação, indicando a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar, bem como a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.
-
49. A liquidação da despesa referente à aquisição de material de construção para reparos em imóveis teve por base
- (A) o contrato, os comprovantes da entrega do material e a ordem de pagamento.
 - (B) o edital de licitação, os comprovantes da entrega do material e a ordem de pagamento.
 - (C) o contrato, a nota de empenho e os comprovantes da entrega do material.
 - (D) a nota de empenho, o edital de licitação e a ordem de pagamento.
 - (E) o edital de licitação, o contrato e a nota de empenho.
-
50. Considere os dados, abaixo, de um determinado ente estadual referentes a despesas empenhadas no exercício financeiro de 2018 classificadas quanto à natureza da despesa orçamentária:

Classificação da Despesa Orçamentária quanto à Natureza	Valores em reais
3.1.90.11	1.350.000.000,00
3.2.90.21	120.800.000,00
3.3.90.14	4.950.000,00

De acordo com as determinações da Portaria Interministerial nº 163/2001, as despesas empenhadas no exercício financeiro de 2018 possuem a mesma classificação quanto

- (A) à modalidade de aplicação e ao elemento de despesa.
- (B) ao grupo de natureza de despesa e ao elemento de despesa.
- (C) à origem e à modalidade de aplicação.
- (D) à categoria econômica e à função.
- (E) à modalidade de aplicação e à categoria econômica.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado. Capítulo 9: 9.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 9.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 9.6 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 9.4.1 – Conteúdo, 9.4.2 – Estrutura e 9.4.3 – Expressão; c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; i) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 9.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 9.8 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 9.9 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a **60 (sessenta) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

I

Com o incêndio do Museu Nacional não pusemos a perder somente pesquisas e peças antiquíssimas de um valor que não pode ser medido, mas registros fonográficos de povos indígenas cujas línguas já não existem e que constituíam não apenas um documento linguístico, mas compunham o retrato de uma cultura.

II

O regramento social dentro de uma cultura plural e mesmo entre culturas distintas não se pauta apenas em noções abstratas de justiça e igualdade, mas em noções concretas, extraídas da experiência, das necessidades e anseios das pessoas.

Com base no que se afirma em I e II, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do tema:

O papel da memória na compreensão de uma sociedade

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30